

ANÁLISE DA UNIDADE SOCIALISTA

Conjuntura Internacional

Sempre que se discutia a conjuntura internacional, qualquer análise apontava que o capital vinha atravessando um período de turbulência, o que confluía para o surgimento de crises pontuais. Porém, a maioria das atuais discussões sobre o assunto dão como certa uma crise que não é mais cíclica; na realidade está claro que a crise é estrutural, haja visto que o modelo de produção foi substituído pela financeirização, ou seja a especulação financeira. Tal modelo originou, por exemplo, a crise de 2008 nos EUA, a crise do subprime, a famosa segunda-feira negra, onde diversos bancos fecharam, bolsas e seus correntistas tiveram enormes prejuízos, justamente porque diversos papéis vendidos pelos bancos não tinham lastro, resultando na chamada “bolha imobiliária”.

Bom, para que possamos desenvolver nossa tese é necessário nos reportarmos a 1989, quando houve o encontro entre grandes representantes do capital, do qual as propostas originadas passaram a ser conhecidas como o “Consenso de Washington”, no qual o capital tirou as diretrizes para o seu principal objetivo que é configuração do Estado Mínimo, em substituição ao estado do Bem Estar Social, ou seja, desobrigar o estado de cumprir suas obrigações sociais para com a população, para é lógico, repassar essas atividades para o setor privado, que cobra por elas. No Brasil, durante a crise do subprime, fazia-se justamente o contrário, o desemprego caíra para menos de 5%, haviam sido criados diversos programas que propiciavam o acesso a moradia, educação, luz rural, o salário mínimo chegou a atingir o valor de 400 dólares, houve uma forte participação do Brics na economia mundial (33%) e o pagamento da dívida externa brasileira. Esses indicadores, entre outros, demonstravam uma fase de forte crescimento econômico, na qual o Estado vinha propiciando também uma melhor qualidade de vida para a população carente. Em outros países isso também acontecia, porque as esquerdas estavam assumindo os seus governos. Porém, isso para o capital era, e é inadmissível. Iniciou-se, portanto, um movimento mundial utilizando a mídia, principalmente a internet, para a divulgação de falsas notícias, as famosas Fake News, iniciando uma onda de terror e apologia ao falso nacionalismo e moralismo, homofobia, misoginia e um combate sistemático às esquerdas demonizando toda e qualquer entidade que fosse desse campo. Na época, países como Chile, Argentina, Colômbia, Peru, Paraguai e Bolívia, na América do Sul, optaram por seguir o caminho da extrema direita. Na Europa, o crescimento das tendências políticas nacionalistas tem ocupado espaços políticos importantes na Espanha, Alemanha, Polônia, Finlândia, Áustria, Dinamarca e Suécia. Nos Estados Unidos, a chamada “democracia” norte-americana elege Donald Trump e, posteriormente, os brasileiros elegeriam nada mais nada menos que Jair Bolsonaro.

Conjuntura Nacional

No Brasil, esse ataque saiu dos bastidores e veio à tona com o impeachment de Dilma (diga-se de passagem, de forma imoral), a assunção de seu vice Temer – principal conspirador do golpe, conforme revelado pelo ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em seu livro: "Tchau Querida, O Diário do Impeachment". A partir daí, teve início um ataque sistemático

aos direitos dos trabalhadores brasileiros, incluídos os servidores públicos federais, transformados da noite para o dia nos vilões de todas as mazelas brasileiras; as *fake News*, de forma exacerbada, utilizando as religiões – principalmente os evangélicos – para disseminar o falso moralismo e o nacionalismo, a homofobia e a misoginia; o que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro, mero fantoche das normativas do capital internacional, iniciadas no governo Temer, e que deu continuidade à política de desmonte e entreguismo, marcada – entre outros pontos – pela famigerada EC 95, conhecida como a PEC da Morte, que congela investimentos nas áreas sociais e também os salários dos servidores, por quase vinte anos. Da mesma forma, deu-se seguimento às Reformas Trabalhista e Previdenciária, essa última já no “desgoverno Bolsonaro”, que exacerbou esse ataque em relação às Reformas Administrativa e Sindical, sem contar outros penduricalhos contra os servidores, que são/serão estendidos aos servidores estaduais e municipais. O Sr. Bolsonaro também é responsável, quase que de forma direta, pela morte de mais de 200.000 brasileiros, pela forma displicente, irresponsável e até morosa como vem tratando a questão da Covid no país. Além disso, o país, em razão do seu desgoverno, tem atualmente mais de 14 milhões de desempregados, isso se entendermos como “empregados” os mais de 40 milhões de “empreendedores”, ou trabalhadores informais, já que eles não têm direito a férias remuneradas, descanso semanal, horas noturnas e extras e, se não pagarem do seu bolso a previdência, não vão nem mesmo se aposentar. Se somarmos tudo isso aos efeitos da pandemia e ao fato de que, segundo o Bozo, o “país está quebrado”, o dólar a quase seis reais, gasolina cinco, gás de cozinha a R\$ 100, carne, arroz, feijão, óleo de soja e outros produtos da cesta básica a preços abusivos, fuga de capitais, fechamento de fábricas de automóveis e outras, o quadro para 2021 se configura como altamente danoso para o proletariado. Em contrapartida, já está comprovado que os mais ricos tiveram um aumento de 30% no seu patrimônio, aumentando brutalmente a desigualdade e a concentração de renda no país.

Diante deste cenário, só resta uma alternativa: iniciarmos uma campanha nacional em defesa do fornecimento imediato da vacina contra a Covid para todos; fortalecimento do SUS; contra as reformas administrativa e sindical; fim da EC 95 e revogação das reformas trabalhista e previdenciária.

Existe um ponto fundamental na conjuntura, e que devemos agregar aos nossos planos de lutas: a luta pelo auxílio emergencial e por renda mínima básica para o conjunto da sociedade.

Não podemos esquecer que o debate das eleições presidenciais serão ponto constante da conjuntura Nacional e, por conta disso, é fundamental tirarmos um posicionamento.

Neste sentido, concordamos com o Calendário de Lutas aprovado pela Condsef/Fenadsef e Fonasefe, tendo como centro a mobilização para o **Dia Nacional de Luta**, em 1º de fevereiro de 2021.

UNIDADE SOCIALISTA

BASE SINDICAL CONDSEF/FENADSEF